

# Boletim Econômico

## SINMETAL

Vol.83 – 08/2007



### A reforma tributária como estímulo à produção.

Os resultados de uma eventual reforma tributária são imprevisíveis. Contudo, todos os setores parecem estar convencidos de que, sem ela, não haverá maior crescimento, produtividade e emprego.

Nos últimos 12 anos, a carga tributária bruta brasileira subiu 10 pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto. Pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que refez as contas do PIB baseado em uma nova metodologia, a carga fiscal representa hoje cerca de 33% da soma de todos os bens e serviços finais produzidos no Brasil.

Há economistas que apontam o fenômeno como uma das principais causas das baixas taxas de investimento e crescimento econômico registradas no período. Para eles, a fórmula para alcançar o desenvolvimento é o corte nos gastos públicos, e consequentemente, nos impostos.

Para outros, esse debate merece reflexão mais cuidadosa, já que os impostos têm financiado maiores gastos públicos com previdência e assistência social, o que tem contribuído para a redução da desigualdade da distribuição de renda no país.

Alguns estudos do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas, IPEA, órgão ligado ao Governo Federal, mostram que os programas de transferência de renda contribuem de forma decisiva para tornar menos dramáticas as diferenças sociais no Brasil, e que as necessidades de financiamento desses programas explicam boa parte da elevação dos tributos nos últimos anos.

De qualquer forma, um fato inegável é que a estrutura fiscal do Brasil reduz o lucro líquido associado à atividade produtiva e, portanto, desestimulam investimentos. O País ocupa o oitavo lugar na lista do Banco Mundial que considera o percentual de impostos pagos sobre os ganhos líquidos. E também, detém a décima posição quando se considera o tempo de

trabalho gasto no ano para o pagamento dos impostos.

Um estudo do Banco Mundial mostrou que este é o principal entrave aos negócios. Em termos do tempo necessário para apurar e pagar impostos, assim como para cumprir as obrigações acessórias, o Brasil é o pior entre os 155 países avaliados: uma empresa de médio porte gasta 2.600 horas por ano para cumprir suas obrigações. E o cálculo leva em consideração apenas ICMS, IRPJ e os recolhimentos feitos ao INSS.

Neste sentido, não há dúvidas sobre a necessidade de uma reforma do atual sistema tributário. Realizá-la, entretanto, é tarefa ampla e complexa. Há entendimento razoável sobre o que precisa ser alterado, com ênfase na eliminação das incidências em cascata das taxas, na simplificação do sistema e na harmonização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O ICMS, de competência dos estados, é o imposto de maior relevância no cenário das finanças públicas nacionais. Em 2003, foi o tributo que registrou maior arrecadação individual, o que representou 21,79% do total recolhido no país – 7,87% do PIB. Como os estados não querem abrir mão de sua independência financeira, está aí o maior problema a ser enfrentado para o sucesso da reforma.

Hoje, cada estado tem legislação própria, e diferente, definindo valores e forma de incidência do imposto. Esta autonomia é o motivo da guerra fiscal, que tem se mostrado deletéria do ponto de vista do desenvolvimento global do País. A reforma tem de unificar as regras de arrecadação e definir uma nova maneira de dividir o bolo.

Também é consenso que o sistema tributário deficiente prejudica a competitividade dos produtos nacionais e facilita a sonegação. Por todos estes motivos, a reforma tributária tem que ser prioritária na agenda do País.